

LORENA ESTEVES & DANILA CAL

lesteves@ufpa.br, <http://orcid.org/0000-0003-1332-1236>

danilacalufpa@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-3243-8368>

**Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e
Amazônia, Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil**

“DEMARCAR AS TELAS”: A COMUNICAÇÃO DIGITAL COMO UMA DIMENSÃO DAS RESISTÊNCIAS DE MULHERES INDÍGENAS

RESUMO

Analisa-se a comunicação digital como uma nova territorialidade de luta dos ativistas indígenas, em especial, das mulheres indígenas a partir de pesquisa sobre o Acampamento Terra Livre, um espaço decisivo para articulação do Movimento Indígena Brasileiro, realizado, em 2020, de forma digital pelo YouTube, em razão da pandemia de COVID-19, após 15 anos de ocorrência presencial. O *corpus* é composto por cinco *lives* do Acampamento Terra Livre 2020, protagonizadas por mulheres indígenas e também por duas rodadas de diálogo com participantes. A pesquisa se fundamenta em perspectivas teórico-metodológicas não-hegemônicas. Conclui-se que, apesar de dificuldades relacionadas ao acesso a tecnologias e à internet e frente a um contexto histórico de silenciamento e invisibilização das mulheres indígenas, a comunicação estabelecida por meio de ambientes digitais vem se configurando como um território profícuo de resistências.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação digital; resistências; mulheres indígenas; Acampamento Terra Livre 2020

ABSTRACT

Digital communication is analyzed as a new battleground for Indigenous activists, especially Indigenous women, based on research on the Acampamento Terra Livre. This decisive space for articulating the Brazilian Indigenous

Movement was held digitally on YouTube in 2020 due to the COVID-19 pandemic, after 15 years of in-person occurrence. The *corpus* is composed of five Acampamento Terra Livre 2020 lives starring Indigenous women and also two rounds of dialogue with participants. The research is based on non-hegemonic theoretical-methodological perspectives. It concludes that, despite challenges such as limited access to technologies and the internet and a historical context of silencing and invisibility of Indigenous women, communication established through digital environments has emerged as a prolific territory of resistance.

KEYWORDS

digital communication; resistances; Indigenous women; Acampamento Terra Livre 2020

INTRODUÇÃO

“As mulheres indígenas têm mostrado a sua luta, não deu mais para ficarmos fazendo a luta apenas dentro do nosso território” (Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021). Por meio de pesquisa sobre o Acampamento Terra Livre (ATL) 2020, realizado, pela primeira vez, de forma digital via YouTube por conta da pandemia de COVID-19, e da interlocução com mulheres indígenas, argumentamos que a comunicação digital tem se configurado como uma nova territorialidade de luta dos ativistas indígenas, que, além de marchas presenciais, do enfrentamento físico frente a invasões de terras e das denúncias protocoladas contra as diversas violações de direitos, desenvolvem no ambiente digital uma das suas principais formas atuais de mobilização e visibilidade.

Nesse contexto, consideramos ainda que as mulheres indígenas vêm conquistando um papel de destaque no ativismo do Movimento Indígena Brasileiro, nos últimos 30 anos, desenvolvendo estratégias de atuação dentro e fora do Movimento, conquistando espaços de visibilidade, atuação política e protagonizando ações em defesa dos direitos dos povos originários. Com a disseminação das tecnologias de comunicação digital, ampliação do acesso à internet e busca por letramento tecnológico e midiático, o ambiente digital tornou-se um dos espaços centrais de atuação das mulheres indígenas, com a apropriação das tecnologias para visibilizar e fazer ecoar suas demandas de luta.

A atuação digital de ativistas indígenas tem sido possibilitada por meio de um longo processo de apropriação das tecnologias de comunicação, acesso à internet, inclusão digital, uso das redes sociais e é construído a

partir da necessidade de “articular novas posturas de resistência” (Xakriabá, 2018, p. 31). Consideramos que o ambiente digital pode se configurar como espaço para produção de uma contranarrativa, com a oferta de “conteúdos condizentes com a ampliação dos direitos de cidadania” (Peruzzo, 2009, p. 139). Contudo, também é um lócus de reprodução do pensamento conservador, racista, capitalista e patriarcal. Está longe, portanto, de apresentar por si apenas autonomia e emancipação, pois tanto os usuários da internet quanto as plataformas digitais podem reproduzir discursos e práticas coloniais (Carrera & Carvalho, 2020; Silva, 2020).

Para realizar a pesquisa^{1,2}, partimos de epistemologias não-hegemônicas, entre elas o feminismo decolonial (Carrera, 2021; Castro, 2019; Curiel, 2020; Lugones, 2019), bem como os saberes indígenas (Kambeba, 2018; Krenak, 2019, 2020; Munduruku, 2012; Potiguar, 2020; Xakriabá, 2018), primando por reconhecer nossas Interlocutoras como referências e fontes de conhecimento e por não estabelecer uma relação sujeito-objeto, própria da modernidade ocidental, em um movimento de “inversão do olhar” (Castro, 2019), que busca fazer frente ao pensamento hegemônico colonial eurocentrado.

O *corpus* de investigação é composto por cinco *lives*³ do ATL 2020, protagonizadas por mulheres indígenas, e, também, por duas rodadas de diálogo com quatro das participantes⁴, de territórios dos estados brasileiros de Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão e Pará, das etnias Krenak, Yawalapiti, Guajajara e Tembé. A liderança indígena Puyr Tembé⁵, do Pará, aceitou ser identificada na pesquisa. As demais terão seu anonimato preservado sendo

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil da “10.º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política”, realizado na Universidade Federal do Ceará, de 9 a 10 de maio de 2023.

² Este artigo é fruto da pesquisa da tese *Ativismo de Mulheres Indígenas em Ambientes Digitais: Diálogos Sobre (De)colonialidades e Resistências Comunicativas* (2022), vencedora dos prêmios Intercom de Teses e Capes de Teses na área da comunicação e informação, em 2023. Além disso, os resultados estão vinculados ao projeto de pesquisa *Ecoaras - Comunicação, Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

³ As *lives*, definidas por critério de relevância temática e de participação de mulheres indígenas, são: (a) *Abertura ATL em Redes: A Cada Novo Ataque uma Nova Estratégia de Luta*; (b) *Falas da Coordenação da APIB Sobre o ATL 2020*; (c) *Lideranças Indígenas Regionais de Base Apresentam*; (d) *Juventude Indígena Comunicação e Ação*; e (e) *Mulheres Indígenas: O Sagrado da Existência e o Nosso Espaço de Direitos*. Todas as *lives* do ATL 2020 estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLmsK4TGRR2BHel-P5dcMy9A6sG7YoVdho>.

⁴ Com exceção da Interlocutora 1, com quem só conseguimos fazer a primeira, em razão da agenda dela.

⁵ Puyr Tembé foi empossada no dia 12 de abril de 2023 no cargo de secretária dos Povos Indígenas do Pará, secretaria recém-criada pelo Governo do estado.

referidas como Interlocutora 1, Interlocutora 2 e Interlocutora 3. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2022 por ligação de vídeo e/ou áudio, gravadas com autorização das participantes e, assim como as *lives*, transcritas. As falas selecionadas das *lives* do ATL serão identificadas pelo nome da participante seguido por “ATL, 2020”.

Mesmo não sendo indígenas, como mulheres, mães e pesquisadoras amazônidas, compartilhamos com as Interlocutoras um histórico de opressões interseccionais que nos atravessam e constituem enquanto sujeitas. No lugar de pesquisadoras, buscamos o diálogo com as Interlocutoras, trazendo nossos anseios, conflitos internos e saberes adquiridos, os quais compartilhamos com elas e com as referências citadas neste trabalho, em forma de escuta, escrita, leitura, fala, interação, “inter-ação” e reflexão. Nesse escopo, os sentidos gerados nesta análise são fruto do diálogo entre diferentes sujeitas situadas geográfica-política-social e intelectualmente no âmbito do Sul Global: pesquisadoras, Interlocutoras e referências mobilizadas.

Nas próximas seções, iremos apresentar um breve histórico do Movimento Indígena Brasileiro e do ATL, para, na sequência, analisar o ATL virtual de 2020 a partir da atuação das mulheres indígenas e em diálogo com elas. Destacamos, em especial, dois aspectos na análise: (a) alcance e visibilidade; e (b) desafios e aprendizados diante das tecnologias.

MOVIMENTO INDÍGENA BRASILEIRO E O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

O Movimento Indígena Brasileiro, como conhecemos hoje, nasce no contexto da Ditadura Militar (1964–1985), na década de 1970, como uma reação à política de instalação do capitalismo transnacional e de subordinação da agricultura ao capital, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, com a implantação de grandes projetos, planos de integração e desenvolvimento que tinham o objetivo de avançar para dentro da Amazônia e utilizar a mão de obra indígena. Além disso, essas políticas estimulavam a mineração e a agropecuária de grande extensão que, entre outras consequências, deslocaram povos indígenas de suas terras; acirraram os conflitos de luta pela terra entre indígenas e posseiros, grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários; e alteraram as dinâmicas socioambientais (Araújo, 2009; Munduruku, 2012).

De acordo com Danner et al. (2018a), esse processo de expansão socioeconômica implantado pelos governos militares nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil provocou a reação de povos, lideranças e intelectuais indígenas contra a expulsão de suas terras e alterações em seu habitat. Também

gerou perseguição, matanças desenfreadas e surgimento de problemas sanitários e sociais nas comunidades indígenas, que geraram situações de etnocídio entre esses povos.

Essa foi a principal motivação para o nascimento do Movimento Indígena ao longo dos anos de 1970, no mesmo período dos movimentos de libertação que aconteceram na América Latina, Ásia e África e lutaram contra as políticas da dependência, o paradigma moderno e o imaginário colonial de desenvolvimento e progresso, na busca por autonomia e emancipação. Em outras palavras, o Movimento Indígena nasce na luta contra as reiteraões coloniais, em uma postura decolonial que visa à descolonização de mentes e práticas políticas.

Segundo Daniel Munduruku (2012), houve uma série de fatores que culminaram na formação de uma “consciência pan-indígena”, que fez com que os indígenas percebessem que havia problemas semelhantes entre diversos povos que poderiam ser enfrentados coletivamente. Antes desse momento, segundo o autor, cada comunidade ou povo estava preocupado em defender seus próprios interesses, necessidades e enfrentar dificuldades de sobrevivência, sem se dar conta de que outros povos estavam passando por situações parecidas.

Na década de 1970, foram formadas as assembleias indígenas. “As lideranças indígenas ultrapassaram as esferas de suas próprias comunidades originárias” (Munduruku, 2012, p. 51), a partir da incorporação dos povos indígenas aos movimentos pró-democracia que lutavam contra a ditadura, por meio da participação de líderes indígenas em assembleias e reuniões, permitindo a formação de parcerias com outros setores sociais e instituições.

Na década de 1980, foi criada a União das Nações Indígenas (UNIND), que depois passou a ser denominada União das Nações Indígenas (UNI). Em busca de alianças e de apoio da sociedade civil, o movimento se mobilizou nos centros urbanos (Brasília e São Paulo), influenciando a criação de entidades representativas, além de conseguir a participação de segmentos politizados da sociedade como artistas, estudantes e cientistas. Com base nessa estratégia, criaram uma rede de parcerias e alianças que fortaleceu o movimento, no entanto, desagradou o Governo militar que passou a enxergá-los como uma ameaça à integração nacional (Munduruku, 2012). Para desviar do sistema, as lideranças incentivaram a realização de assembleias regionais, que foram importantes para garantir direitos fundamentais para as comunidades e para o posterior reconhecimento dos direitos na promulgação da Carta Magna (1988).

Nos anos 1990, segundo Munduruku (2012), havia uma disposição em colocar em prática os direitos conquistados com a Constituição recém-aprovada, entre eles o de demarcar todas as áreas indígenas em um período de cinco anos. Ao longo daquela década, entre outros fatores, para lidar com a nova política indigenista do Estado brasileiro, que criou regras para a execução das políticas públicas, os indígenas passaram a frequentar escolas, tirar o diploma universitário, fazer cursos técnicos e, ao mesmo tempo, diversos projetos foram desenvolvidos pelas próprias comunidades, com o objetivo de proteger o território, formar professores bilíngues, implantar projetos de radiofonia e realizar treinamentos para que indígenas pudessem assumir postos de liderança em suas comunidades.

Esse período de 30 anos significou o fortalecimento da consciência coletiva, do protagonismo dos povos indígenas na luta e preservação dos direitos conquistados e da formação de alianças com instituições da sociedade civil. Um caminho importante para demarcar a presença dos povos originários na sociedade, antes invisibilizados (Krenak, 2020). Para Danner et al. (2018b), o Movimento Indígena Brasileiro “marca a entrada dos povos indígenas, de seus/suas intelectuais e de suas lideranças na esfera público-política e como sujeitos público-políticos” (p. 267), séculos após a invasão dos portugueses, assumindo as narrativas a respeito de suas demandas, visibilizando suas múltiplas vozes e tornando-se mediadores fundamentais das causas indígenas frente às instituições e à sociedade brasileira. Por conseguinte, o movimento “funda e dinamiza o ativismo, a militância e o engajamento público-político dos povos, das lideranças e dos/as intelectuais indígenas na esfera pública, como sujeitos públicos, políticos e culturais” (Danner et al., 2018b, p. 268).

Nas últimas décadas, segundo Milhomens (2022), o acirramento dos conflitos socioambientais — em virtude do fortalecimento do neoliberalismo e do que o autor denomina de uma “incompreensão dos movimentos sociais ‘tradicionais’” — provocou uma (re)organização dos movimentos indígenas em toda a América Latina. Entre outras estratégias de resistência, em oposição à gramática hegemônica que vinha sendo usada para se referir à temática indígena e seus atravessamentos, o Movimento Indígena ressignificou e criou uma gramática alternativa à proposta pelo modelo desenvolvimentista — com uma linguagem comum na adoção de diversos termos, como “povos” e “indígenas”, por exemplo, ou na associação do nome de batismo à etnia da qual faz parte. Eliane Potiguara (2020) explica que esse processo foi um caminho encontrado no nascer do Movimento Indígena para exaltar a identidade, a cultura, a cosmovisão, os valores e a ancestralidade de cada uma/um.

Além da utilização da expressão “povos indígenas” como forma de resistência, esse Movimento desafia diversas bases conceituais impostas pela modernidade, pelo reconhecimento de outras concepções sobre questões de interesses comuns, como o sentido das palavras “natureza”/ “progresso”/ “desenvolvimento”, que estão mais diretamente ligadas ao território, segundo a visão ocidental. O Movimento Indígena Brasileiro aponta para a necessidade de uma mudança na compreensão da sociedade sobre esses sentidos, pois, para elas/eles resistir e lutar pelo território é lutar pela existência, pelo próprio sentido da vida (Krenak, 2020; Xakriabá, 2018).

Podemos observar, por meio da pesquisa realizada, que os homens eram reconhecidos como as figuras centrais que atuavam na linha de frente, sendo, portanto, considerados as referências da fundação, do protagonismo e da resistência indígena desde 1970. Por meio das entrevistas, da participação das mulheres indígenas no ATL 2020 e da literatura mobilizada, inferimos que, apesar de a participação das mulheres indígenas ocorrer desde o início, o protagonismo delas no interior do Movimento como concebido na atualidade é mais recente e vem se fortalecendo desde os anos de 1990.

O final do século XX, e mais fortemente a partir do século XXI, foi o período em que as tecnologias digitais de comunicação e a disseminação da internet popularizaram-se entre os povos indígenas e a sociedade envolvente. As primeiras iniciativas de aproximação com a linguagem tecnológica foram tentativas e contaram com a colaboração de parceiros da luta indígena que ajudaram no processo de letramento da linguagem midiática (Pinto, 2018).

No que pode ser considerado como um segundo momento, já com as tecnologias de transformação e a internet mais disseminadas entre a sociedade como um todo, inicia-se um processo de inclusão digital dos indígenas que se desenvolveu no Brasil por meio de parcerias entre os setores público e privado (Pinto, 2018) que possibilitaram a instalação de telecentros com computadores e pontos de acesso em várias regiões do Brasil, além da formação de comunidades para aprendizado da linguagem tecnológica. Desde então, redes sociais, plataformas de comunicação e aplicativos de compartilhamento de mensagens compõem o cotidiano das relações entre indígenas, bem como há uma ampla gama de produtos midiáticos produzidos que versam sobre uma pluralidade de temáticas, com estratégias distintas, disponibilizados no ambiente digital.

O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

O ATL é considerado o maior encontro de indígenas do Brasil. Existe desde 2005 e é a instância superior de deliberação, decisão e visibilidade do

Movimento. Por 15 anos eles marcharam anualmente, em Brasília (distrito federal). Por meio do ATL, foi criada, em 2005, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A posição institucional da APIB dentro da instância de movimentos sociais indígenas brasileiros apresenta relevância e representatividade, atuando como aglutinadora e referência nacional. No portal da APIB, a seção “Quem Somos” esclarece que o ATL é a instância máxima de decisão e deliberação dos povos indígenas brasileiros. Logo abaixo, na instância imediata de tomada de decisão, segundo o portal, está a APIB. A entidade tem representação em todos os estados brasileiros, por meio das organizações regionais que a compõem.

O ATL é um importante espaço na agenda do Movimento Indígena ao longo dos anos, pois é a partir principalmente dele que diversos povos e etnias normalmente discutem em âmbito nacional os problemas comuns a serem combatidos, as pautas prioritárias para aquele determinado ano e deliberam acerca das ações que serão tomadas, campanhas, parcerias, estratégias de luta e reivindicação. Em 2020, o tema foi: “ATL em redes: a cada novo ataque uma nova estratégia de luta”, referindo-se ao ataque do coronavírus mais diretamente (não exclusivamente) que impulsionou a formulação de uma nova estratégia de luta via ambiente virtual.

A pandemia causada pela disseminação do novo coronavírus vem sendo compreendida e estudada como um acontecimento que irrompeu no cotidiano da sociedade e provocou rupturas, ampliou desigualdades e modificou as relações sociais. Compreendemos o conceito de “acontecimento” como uma “entidade temporal que irrompe e nos apanha de surpresa, introduzindo uma descontinuidade” (Babo, 2020, p. 27). A autora explica que o acontecimento é uma situação nova que introduz um novo estado de coisas, gera consequências individuais e/ou coletivas, alterando as experiências sociais, inserindo gramáticas no cotidiano e pode perdurar ou não no tempo.

A pandemia, nesse sentido, iniciou em um determinado espaço-tempo, alastrou-se mundialmente, provocando milhões de mortes, mudando as relações da sociedade entre si e com o mundo, gerando dor, incertezas, revoltas, preocupação, negação, entre outros sentimentos, e inseriu palavras pouco conhecidas no nosso vocabulário, como “surto”, “ondas”, “distanciamento”, “quarentena”, entre outras. Esse fato, compreendido neste trabalho também como um acontecimento, provocou um isolamento social em grande medida global e alterou os ativismos sociais, dando maior centralidade à atuação online, em mídias digitais, e o ATL é um exemplo representativo dessa mudança.

Ao final de cada ATL, é divulgada uma carta, um documento final assinado pelo Movimento Indígena Brasileiro. O documento final da 16.^a edição do ATL, assinado por representantes de povos indígenas de todas as regiões do Brasil, apresenta o contexto de ataque que os indígenas enfrentavam pelo Estado brasileiro, sob a gestão do então Presidente Jair Bolsonaro, no que eles denominam “um projeto genocida”, que, mesmo diante da crise da pandemia, “acirrou o descaso” e “pôs fim às políticas públicas diferenciadas” conquistadas nos últimos 30 anos de luta nas áreas de educação, economia, meio ambiente e saúde. O documento revela a preocupação com a extinção massiva dos povos indígenas e com a perda iminente dos anciões, “fontes de tradição e sabedoria para os povos e novas gerações” (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2020, p. 3).

O ACAMPAMENTO TERRA LIVRE VIRTUAL

“A gente não se limita, como a gente não é condicionado a essas caixinhas, né, e realiza o primeiro ATL online na história do mundo” (Cristiane Pankararu, ATL, 2020)⁶. O fato de o ATL 2020 ter sido o primeiro acampamento realizado em formato digital e online gerou uma gama de manifestações sobre esse momento histórico e emblemático. Em meio a uma crise sanitária que assolou os territórios indígenas de forma devastadora, associada a uma conjuntura política de negação de direitos, o ATL online foi simbólico e por si pode ser compreendido a partir de diversas perspectivas.

Mesmo diante da grave situação em que se encontravam, com a insegurança alimentar, territorial, morte de anciões e reiteradas violações de direitos por parte do Governo federal, os povos indígenas fizeram questão de demonstrar sua união e força. “Essa foi a estratégia que o ATL, através da APIB e suas organizações de base, está utilizando para demonstrar que nós continuamos em movimento, apesar desse processo da pandemia” (Tsitsina Xavante, ATL, 2020). Essa foi a forma, de acordo com Joziléia Kaingang, de demonstrar externamente que o Movimento Indígena estava fortalecido, atuante, e internamente foi a possibilidade do encontro, mesmo que de interação mediada tecnologicamente, a maneira de saber o que estava acontecendo nas aldeias de todos os biomas, de ouvir e se fazer escutar.

⁶ Como um posicionamento político, ao citar as falas das Interlocutoras indígenas, vamos manter nome e sobrenome étnico e a palavra com I maiúsculo, por compreendermos que estamos substituindo essa palavra pelos nomes delas. É um gesto simbólico e político, pois a sociedade moderna convencionou denominar coisas com nomes minúsculos e pessoas com nome em maiúsculo, então, é mais uma forma de não recair em estereotipações.

Nós estamos agora nesse formato online, mas não menos ativos, não menos atuantes, o ATL deste ano de 2020 está ocupando esse lugar que é o das plataformas online, esse lugar aonde a gente vai poder conversar com todos e com todas que muitas vezes não conseguiram ir até Brasília, mas que hoje podem acessar através do celular, através das redes online, falar com a gente, interagir com a gente e construir coletivamente, porque esse é o maior intuito: a construção coletiva, a discussão, o acompanhar, o entender, o ouvir, o falar. Então, estamos todos online, todos juntos nessa grande aldeia que se formou para que a gente pudesse realizar a nossa assembleia. (Joziléia Kaingang, ATL, 2020)

Apesar das condições adversas, Sonia Guajajara⁷ (ATL, 2020) reiterou que “não poderia deixar de realizar o nosso Acampamento Terra Livre, embora não acontecesse de forma presencial”. Por 15 anos, o Movimento Indígena se reuniu presencialmente, em um formato de grande assembleia, como foram os primeiros encontros no início do movimento, ainda embrionário. Em sua 16.^a edição, o ATL poderia não ter acontecido em virtude de toda a conjuntura posta, no entanto, era necessário não parar, “continuar nesse segmento de luta (...), pelos povos indígenas, pelos nossos direitos, independente de a gente estar junto ou isolado” (Joziléia Kaingang, ATL, 2020).

Nesse sentido, era necessário, então, “demarcar as telas”, como foi dito reiteradamente por elas em vários momentos. No entanto, era uma tarefa difícil, reunir centenas de povos em uma grande assembleia, em formato online, dadas inúmeras situações que poderiam inviabilizar a iniciativa inédita, entre elas, o fato de que, como afirma Puyr Tembé (comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021), era uma experiência desafiadora, “porque nós só sabíamos realizar o ATL presencial”. Joziléia Kaingang reforçou uma característica fundamental do Movimento Indígena: a constante atualização por meio do aprendizado coletivo. “A gente vai se modificando também, vai aprendendo, vai se construindo e a nossa maior assembleia, neste momento, que congrega todos os povos indígenas do Brasil, se alterou bastante” (Joziléia Kaingang, ATL, 2020).

O ATL 2020 demonstrou que o Movimento está em constante atualização, acompanhando as mudanças sociais, e que é possível reunir lideranças de base, coordenadores da APIB, apoiadores, fortalecendo o Movimento também por meio da atuação via redes digitais. “Nós estamos falando aqui que além de demarcar terras, nós temos também que demarcar as telas,

⁷ Sonia Guajajara atualmente é ministra dos Povos Indígenas, pasta criada no terceiro Governo Lula.

né, estamos presentes essa semana inteira no Facebook, no Instagram, no YouTube, no Twitter, em todas as redes”, destacou Sonia Guajajara (ATL, 2020). Além disso, ela também enfatizou a presença virtual das redes alternativas, como Mídia Ninja e Mídia Índia⁸, juntamente com a cobertura de diversos meios de comunicação, bem como o fato de que esse é um aprendizado constante, já que não é uma estratégia de resistência própria dos povos indígenas, é apropriada como ferramenta de luta.

Temos representações das cinco regiões do país para mostrar que estamos conectados e que essa nova estratégia, assim, ela não é própria nossa, mas a gente tá se empoderando, se preparando (...), estamos também ganhando esse novo aprendizado para conectar com o mundo. (Sonia Guajajara, ATL, 2020)

A Interlocutora 2 (comunicação pessoal, 21 de agosto de 2021) reforça que o ATL, como lugar de interação, independente de ser ou não mediado tecnologicamente, sempre foi esse espaço de aprendizado individual e coletivo. “O ATL para mim, foi o lugar onde conquistamos muitos direitos, né, é o lugar onde aprendi a respeitar outros parentes, onde aprendi o que é ser um povo, vários povos e como que é rica a nossa cultura, nossa diversidade” e complementa “é o lugar onde todos nós aprendemos, é uma faculdade indígena”.

Fica evidente nas falas mobilizadas a importância de manter o ATL, a despeito das adversidades, enquanto mobilização nacional, lugar de trocas, interação, escuta e fortalecimento do Movimento Indígena. “A gente tá aqui nessa luta, a gente vai continuar essa semana toda aqui no nosso Acampamento Terra Livre, ao vivo. Assim, tá sendo muito bom, muito fortalecedor de todos os estados do Brasil e a gente vai seguir nessa luta juntos” (Kerexu Yxapyry, ATL, 2020).

ALCANCE E VISIBILIDADE

Eu tava falando que já tem o alcance de mais de 10 mil pessoas que estão acompanhando essa abertura, gente, isso é muito bom, é muito lindo, é muito forte, é resistência, é luta e isso somos nós, povos indígenas, ocupando as telas, todas as telas das redes sociais! (Sonia Guajajara, ATL, 2020)

⁸ “Mídia Índia dissemina notícias produzidas por uma rede de colaboradores provenientes de comunidades indígenas de todo o Brasil e se direciona tanto a comunidades indígenas quanto à sociedade em geral com o objetivo declarado de ser a voz da luta indígena nas redes sociais” (Sartoretto & Caffagni, 2022, p. 53).

Sonia foi uma das apresentadoras do ATL, mediou algumas *lives* e, como ocupa posição de coordenação na APIB, estava frequentemente atenta ao alcance que as *lives* estavam conquistando, pois a medida do alcance dava uma ideia de quanto de visibilidade o ATL estava tendo. Uma medida que só foi possível obter em função do formato online, portanto, uma métrica nova de medição que servia como parâmetro para o sucesso e o reconhecimento da mobilização. Os acessos eram contabilizados ao vivo não só nas *lives* do YouTube, mas também nas outras redes sociais digitais.

Na nossa apresentação de abertura, né, com apresentação aí dos nossos rituais, nós tivemos mais de 50 mil acessos, olha só, mais de 50 mil acessos! Só na página da APIB, foram mais de 22 mil acessos e juntou todas as outras redes e páginas que estão transmitindo. Isso é muito potente! De meio-dia até as 14 horas, na apresentação de vídeos, a gente teve mais de cinco mil acessos, vendo, né, as nossas mostras de vídeos. (Sonia Guajajara, ATL, 2020)

Ao observar a fala de Sonia, percebemos como a percepção do sucesso da mobilização estava atrelada ao alcance que ela estava apresentando. Quanto maior o alcance, significava que mais pessoas estavam ouvindo. Para populações historicamente subalternizadas, cujas vozes foram silenciadas por séculos, ter suas falas ouvidas, reconhecidas e validadas por milhares de pessoas que estavam ali, dividindo aquele espaço compartilhado de visibilidade e interação, é uma forma de “tomada da palavra” (Di Felice & Pereira, 2017), uma maneira de assumir o protagonismo público, político e cultural, “dando-se a conhecer e propondo-se a dialogar com a sociedade civil” (Dorrigo, 2018, p. 925). Nara Baré (ATL, 2020), em um momento de sua fala, até questiona em tom irônico: “você estão vendo só? Quem diria que nós iríamos fazer uma *live*, mobilizações online, com a participação de muitos?! Muitos estão conosco nessa rede!”.

Elas enfatizaram que, além de conseguir interagir com povos indígenas de todos os biomas, também alcançaram um público dentro e fora do Brasil. “Para nós, foi bem interessante, porque nós conseguimos pegar a direção de quase todos os povos indígenas, conseguimos alcançar um público muito grande também, que foi muito além do Brasil” (Puyr Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021). Como aprendizado, elas afirmaram que a mobilização online permitiu ampliar a voz para além das fronteiras físicas dos territórios, em um processo de “expansão das suas territorialidades, ultrapassando suas fronteiras geográficas”, como afirmam Di Felice e Pereira

(2017, p. 41). “A comunicação com as redes sociais nos ajudou a levar nossa voz além das fronteiras, além das terras, mas, sobretudo, nas telas” (Puyr Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021).

Ciente da potencialidade daquela ferramenta de visibilidade ampliada, Tuíre Kayapó (em fala traduzida pela neta; ATL, 2020) reforçou que esperava que a mensagem compartilhada naquele evento ecoasse mundo afora, para que os povos indígenas brasileiros conquistassem mais respeito. “Então, é isso que ela ressalta para vocês, através dessa transmissão, que todos vejam, né, que respeitem o povo indígena, que esse ATL online ecoe no mundo, para que eles vejam, para que respeitem os povos indígenas daqui do Brasil”. A publicização e a visibilização são elementos estratégicos para a luta dos povos indígenas, contribuindo para ganhar adeptos na sociedade civil, por meio de eventos culturais e do ativismo político (Dorrigo, 2018).

Apesar de destacar que houve de fato um alcance importante da mobilização nas redes digitais e o quanto era necessário mostrar ao mundo como a pandemia atravessava a realidade dos povos indígenas de todo o Brasil, Nara Baré não se esquivou de comentar que a proposta de realizar um evento online excluiu alguns povos, seja por não possuírem acesso à internet ou por não estarem naquele momento familiarizados com a linguagem tecnológica.

Dentro desse Acampamento Terra Livre online, apesar da gente não conseguir avançar e ter todas as participações, mas a nossa voz ela está ecoando, vários lugares do mundo estão podendo ver a realidade do que está acontecendo aqui no Brasil, a partir das nossas falas, e essa importância e essa somatória de redes, ela é fundamental para esse momento que nós estamos vivenciando. (Nara Baré, ATL, 2020)

A exclusão digital foi uma dentre as inúmeras dificuldades citadas pelas mulheres indígenas no ATL. Apesar disso, Nara ressalta que as vozes dos povos indígenas estavam ecoando naquele momento para o mundo e que esse alcance se transformaria em visibilidade para a situação que os indígenas estavam enfrentando. Observamos, em acordo com Di Felice e Pereira (2017), que as tecnologias de transformação possibilitam, entre outras potencialidades, a conexão dos povos indígenas com a sociedade envolvente, ultrapassando os limites geográficos e da língua.

DESAFIOS E APRENDIZADOS DIANTE DAS TECNOLOGIAS

“A Internet em alguns territórios não existe, em alguns existe, mas quando existe é de péssima qualidade, onde tem a chuva, principalmente na Amazônia”, afirma Puyr Tembé (comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021). O fato de o ATL ter ocorrido pela primeira vez em formato digital foi um desafio ao processo de apropriação tecnológica por povos indígenas brasileiros. Em pouco mais de um mês, dado o fato de que a pandemia foi oficialmente decretada em março e o ATL ocorreu em abril de 2020, tiveram de preparar um evento todo online, contando com as adversidades regionais de conexão e as particularidades de aprendizado de cada comunidade.

Esse não foi um processo vivenciado apenas por povos indígenas. A sociedade envolvente teve de aprender de modo mais intenso a lidar com todo o aparato técnico e as dificuldades decorrentes, em virtude das condições de isolamento social impostas pela pandemia. O sistema de ensino, por exemplo, migrou para ambientes digitais, forçando alunas e alunos, professoras e professores e técnicos a se apropriarem de um formato até então pouco utilizado no cotidiano e excluindo as camadas vulnerabilizadas pela falta de acesso, tanto à internet quanto às tecnologias.

De acordo com Pinto (2008), a internet e as tecnologias de comunicação e informação possuem um caráter etnocêntrico que exclui as camadas mais vulnerabilizadas da população que não possuem condições de acesso a elas, apesar da popularização das tecnologias. Não se trata somente das dificuldades de apropriação da linguagem tecnológica ou da falta de conexão técnica, mas da utilização para produção e consumo crítico de informações, ou seja, de as pessoas saberem como acessar o conhecimento, produzir e distribuir efetivamente. “A inclusão digital tem uma dimensão eminentemente formativa, tentando combater o novo tipo de brecha digital, por alguns denominada de brecha informativa ou cognitiva” (Pinto, 2008, p. 41).

A questão do acesso à internet, por sua vez, foi uma das principais queixas das mulheres indígenas no ATL. Diante das dificuldades, a Interlocutora 3 explica que uma das estratégias é deixar apenas um celular com acesso, para que uma pessoa fique responsável em coletar as informações e repassar para o restante da comunidade.

Foi muito difícil da maioria permanecer e participar por conta do *sinal da Internet que é muito ruim dentro das nossas aldeias* [ênfase acrescentada], então, isso aí já é muito difícil, mas mesmo assim a gente desliga os demais celulares que têm, deixa somente um e ali aquele somente um a

gente pega os repasses que acontecem e a gente repassa pra comunidade. (Interlocutora 3, comunicação pessoal, 21 de janeiro de 2022)

Outra estratégia, citada por Jaciara Borari (ATL, 2020), é gravar as reuniões em vídeo e depois encaminhar para o restante dos indígenas assistirem.

Aqui na nossa região do Oeste do Pará, a gente é muito movido pelo rio, né, e aí não é muito pelas estradas, então, as informações para chegarem são bem difíceis, ou é por rádio ou é por carta, assim como em vários lugares, mas também a gente usa redes sociais aqui de uma forma. Como aqui a gente está numa videoconferência, fazendo essa parte que a gente tem que fazer de casa, é muito difícil para nós, porque a Internet não chega em todo lugar, então a gente grava uma reunião dessas e manda para eles assistirem depois. (Jaciara Borari, ATL, 2020)

De acordo com Di Felice e Pereira (2017), não existem estatísticas oficiais detalhadas sobre o uso da internet por populações indígenas brasileiras e nem quantas são as aldeias que possuem conexão, o que dificulta o mapeamento de quais comunidades demandam por políticas públicas de inclusão digital. Enquanto a inclusão digital não se efetiva, elaboram-se estratégias variadas de participação de diversas comunidades, apesar das dificuldades técnicas.

Outras dificuldades citadas estão na ordem da cultura, como, por exemplo, a falta de familiaridade cultural com o aparato técnico, pois, “não é do costume, coisa que ainda *tivemos muita dificuldade de lidar com a câmera, lidar com esse negócio tecnológico de selfie por esses aplicativos* [ênfase acrescentada]” (Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021), ou a dificuldade de lidar com o distanciamento físico “é muito difícil a gente tá falando assim sem se tocar né, sem estarmos juntos” (Nara Baré, ATL, 2020). Apesar de a tecnologia fazer, cada vez mais, parte do cotidiano dos povos indígenas, ainda há um estranhamento cultural por parte de algumas comunidades, já que a cultura tecnológica foi incorporada mais recentemente aos hábitos e às práticas comunicativas.

Mesmo ressaltando as dificuldades, elas exaltaram os aprendizados individuais e coletivos, celebrando a realização do ATL. Para muitas, foi um processo de reinvenção, em prol da luta indígena: “tivemos de nos reinventar na luta, tivemos de fazer essa luta pelas telas” (Tembé, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021), assim como foi uma oportunidade de aprendizado: “a gente tá aprendendo a lidar com a tecnologia, a gente tá aprendendo a

encarar a luta pelas telas, (...) a gente tá se surpreendendo com nós mesmos, o quanto potencial a gente tem” (Puyr Tembê, comunicação pessoal, 17 de agosto de 2021). E, para outras, foi uma forma de mostrar que, apesar do imaginário racista, os povos indígenas possuem capacidade de utilizar e podem ser associados à tecnologia. “Nós tivemos muita dificuldade? Com certeza, mas, a gente pode mostrar que também podemos usar os meios de comunicação” (Interlocutora 1, comunicação pessoal, 16 de agosto de 2021).

Apesar da ampla participação de mulheres indígenas no ATL 2020 e do diálogo com mulheres indígenas ao longo da pesquisa, foram pontuais os momentos em que elas mencionaram a especificidade de suas participações no ativismo indígena, seja abordando o fato de estarem na linha de frente ou mesmo denunciando a invisibilização sofrida dentro e fora do Movimento. Jaciara Borari, por exemplo, destacou o protagonismo das mulheres à frente do ativismo indígena. “Para quem tá vendo, tem muitas na frente, muitas mulheres indígenas que estão na frente do Movimento e que antes não tinha, né?” (Jaciara Borari, ATL, 2020). Em diálogo, a Interlocutora 1 (comunicação pessoal, 16 de agosto de 2021) também ressaltou o fato de as mulheres ocuparem o papel de buscar por educação digital e repassar para as comunidades. “As mulheres indígenas estão se educando, levando uma educação digital para muitas outras pessoas que não têm esse entendimento”.

Ainda nesse sentido de exaltar o protagonismo das mulheres, sobretudo no período da pandemia, Puyr Tembê (ATL, 2020) revela que “as mulheres [indígenas] é que foram para a ‘linha de frente da COVID’”. Puyr conta que no período da campanha de mobilização pela vacina, as mulheres denunciaram o descaso pelo qual o Governo federal estava lidando com a saúde indígena. “Na campanha ‘Vacina Parente’, nós mostramos pro governo, pra SESAI, pro sistema da Secretaria de Saúde Indígena que eles deveriam ter apresentado um plano de vacinação, uma campanha pra que os povos indígenas pudessem apressar, pudessem receber”. A ideia de lançar a campanha “Vacina Parente” surgiu da necessidade de conter a pandemia dentro dos territórios:

a pandemia chegou muito rápido dentro dos territórios indígenas e aí nós precisávamos pensar no que a gente precisava fazer pra conter, foi quando se teve a ideia de lançar a ‘Vacina Parente’, *foram as mulheres que foram pra linha de frente, são as mulheres que vieram pra tela pedir aos parentes pra se vacinar [ênfase acrescentada]*, que a vacina não ia virar jacaré⁹, a pessoa não virava jacaré, então, acho

⁹ Informação falsa lançada no período da campanha de vacinação por grupos negacionistas da ciência, que diziam que as pessoas vacinadas viravam jacaré, tudo para desestabilizar o engajamento da campanha de vacinação.

que uma das especificidades foi essa coragem, essa determinação, essa força e essa inteligência da gente mostrar uma sacada que foi a campanha ‘Vacina Parente’. (Puyr Tembé, ATL, 2020)

Por meio da campanha “Vacina Parente”, foi lançado um manifesto expressando a indignação dos povos indígenas com relação ao plano de vacinação apresentado pelo então Governo federal que não incluiu a totalidade dos indígenas que vivem no Brasil como grupo prioritário no cronograma de imunização. Para alertar sobre a importância da vacina entre os povos indígenas e denunciar as violações de direitos por parte do Governo federal, as mulheres indígenas foram para as redes sociais, produziram vídeos e *lives*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O protagonismo digital indígena é um processo em curso (Pinto, 2018). Apesar das inúmeras dificuldades e de não ser um processo unânime em todos os territórios indígenas, há um avanço na autonomia de apropriação tecnológica, com o crescente interesse pelo letramento da linguagem tecnológica e busca por formação de comunicadores e comunicadoras indígenas, com objetivo de protagonizar os processos de ampliação e diversificação de suas narrativas e “imagens em circulação, colaborando com a visibilidade de suas pautas, atualizando suas memórias, fortalecendo suas lutas e identidades”, elevando a comunicação digital ao papel de centralidade nas resistências indígenas contemporâneas (Nunes & De Campos, 2022, pp. 79–80).

No escopo das estratégias e processos de resistência evidenciados pelas mulheres indígenas, a comunicação, especialmente a digital, atravessa e compõe o ativismo delas e ganhou maior centralidade diante das condições impostas pela pandemia de COVID-19. Por meio da análise da atuação das mulheres nas *lives* do ATL 2020 e das rodadas de diálogo, observamos que elas consideraram que o ATL, mesmo em formato digital, também foi uma possibilidade de encontro, uma maneira de saber o que estava acontecendo nas comunidades indígenas por todo o país, de ouvir e se fazer escutar. E, diante das dificuldades de produzir um evento online, elas o consideraram como uma forma de aprendizado coletivo, já que a apropriação tecnológica não é uma estratégia de resistência própria dos povos indígenas, mas foi incorporada como ferramenta de luta. Ficou

evidente, como já constatado, a importância de manter o ATL, a despeito das adversidades, enquanto mobilização nacional, lugar de trocas, interação, escuta e fortalecimento do Movimento Indígena.

Na esteira do que foi manifestado por elas a respeito do ATL, observamos, a partir das falas, que o formato digital do evento permitiu que se configurasse uma métrica nova que servia como parâmetro para o sucesso e o reconhecimento da mobilização, que só foi possível obter em função do formato online: os acessos às *lives* no YouTube e as visualizações em outras redes sociais. Elas contabilizavam ao vivo e festejavam a visibilidade que o ATL estava tendo. Identificamos que essa métrica foi importante, especialmente pelo fato de que era um grande evento para os povos indígenas, mas que precisava reverberar para fora do Movimento também, pois precisavam que suas falas fossem ouvidas, reconhecidas e validadas, para fortalecer a luta com a adesão da sociedade envolvente. Nesse sentido, elas também enfatizaram que a mobilização nesse formato permitiu ampliar as suas vozes para além das fronteiras físicas dos territórios, ultrapassando as fronteiras geográficas pelas telas, alcançando outros países do mundo.

Apesar de reconhecerem a importância das tecnologias de transformação para os processos de resistência, elas sinalizaram também desafios diante dos usos e apropriações. Por exemplo, no caso específico do ATL, ocorreram algumas dificuldades, como: problemas de conexão com a internet; necessidade de considerar as particularidades de aprendizado de cada comunidade sobre a utilização das tecnologias; e a falta de familiaridade cultural com o aparato técnico. Diante dessas situações, uma das estratégias foi deixar apenas um celular com acesso para não dividir o sinal de internet. Assim, uma pessoa ficava responsável por coletar as informações do ATL e repassar para o restante da comunidade. Outra estratégia foi gravar as reuniões em vídeo e, depois, encaminhar ao restante da comunidade indígena.

Sobre o papel da mulher indígena na comunicação, Jaqueline Xucuru (ATL, 2020) ressaltou que "ainda é um espaço muito de homem, a gente vê muito homem dentro da comunicação e aí a gente precisa dialogar da importância da presença dessas mulheres". Esse silenciamento histórico é uma das principais estratégias de invisibilização de suas vozes, prejudicando a constituição delas como sujeitas políticas (Kambeba, 2018). Nesse contexto, a comunicação estabelecida por meio de ambientes e plataformas digitais vem se configurando um território profícuo de resistências.

REFERÊNCIAS

- Araújo, S. M. da S. (2009). A constituição do sujeito a diversidade (ameaçada) da Amazônia. *Múltiplas Leituras*, 2(1), 39–49.
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. (2020). *Documento final do Acampamento Terra Livre 2020*. APIB. <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/04/documento-final-atl-2020.pdf>
- Babo, I. (2020). Do acontecimento inesperado à situação prolongada. In V. França, P. Simões, T. Silva, F. Souza, & S. Silveira (Eds.), *Diário da quarentena: A pandemia de COVID-19 como acontecimento* (pp. 23–38). Selo PPGCOM/UFMG.
- Carrera, F. (2021). Roleta interseccional: Proposta metodológica para análises em comunicação. *E-COMPÓS*, 24, 1–22. <https://doi.org/10.30962/ec.2198>
- Carrera, F., & Carvalho, D. (2020). Algoritmos racistas: A hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. *Galáxia*, (43), 99–114.
- Castro, E. (Ed.). (2019). *Pensamento crítico latino-americano*. Annablume.
- Curiel, O. (2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In H. B. de Hollanda (Ed.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 120–139). Bazar do Tempo.
- Danner, L. F., Dorrico, J., & Danner, F. (2018a). Indígenas em movimento. Literatura como ativismo. *Remate de Males*, 38(2), 919–959. <https://doi.org/10.20396/remate.v38i2.8652191>
- Danner, L. F., Dorrico, J., & Danner, F. (2018b). A literatura indígena brasileira, o movimento indígena brasileiro e o regime militar: Uma perspectiva desde Davi Kopenawa, Ailton Krenak, Kaká Werá e Álvaro Tukano. *Espaço Ameríndio*, 12(2), 252–282. <https://doi.org/10.22456/1982-6524.83424>
- Di Felice, M., & Pereira, E. da S. (2017). *Redes e ecologias comunicativas indígenas: As contribuições dos povos originários à teoria da comunicação*. Paulus.
- Kambeba, M. (2018). *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade*. Pólem.
- Krenak, A. (2019). Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil. Ideia para salvar a humanidade*. Companhia das Letras.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935–952.

- Milhomens, L. (2022). Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: Luta e resistência. In L. Milhomens (Ed.), *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: Reflexões necessárias* (pp. 17–38). Alexa Cultural; Editora da Universidade Federal do Amazonas; FAPEAM.
- Munduruku, D. (2012). *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. Paulinas.
- Nunes, K., & De Campos, M. (2022). Movimento Indígena, produção audiovisual e o fortalecimento das lutas dos povos originários no Brasil: Breve percurso histórico. In L. Milhomens (Ed.), *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: Reflexões necessárias* (pp. 65–84). Alexa Cultural; Editora da Universidade Federal do Amazonas; FAPEAM.
- Peruzzo, C. M. K. (2009). Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Galáxia*, (17), 131–146.
- Pinto, A. (2008). A “inclusão digital indígena” na sociedade da informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 1(2), 37–51.
- Pinto, A. (2018). O protagonismo comunicacional-informacional-digital indígena na sociedade da informação: Antecedentes, experiências e desafios. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”*, 11(2), 1–28. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.5715>
- Potiguara, E. (2020). *Metade cara, metade máscara*. Grumin.
- Sartoretto, P., & Caffagni, L. (2022). Da representação cultural à mudança estrutural: O problema da comunicação indígena no Brasil. In L. Milhomens (Ed.), *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: Reflexões necessárias* (pp. 39–64). Alexa Cultural; Editora da Universidade Federal do Amazonas; FAPEAM.
- Silva, T. (2020). Racismo algorítmico em plataformas digitais: Microagressões e discriminação em código. In T. Silva (Ed.), *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiáspóricos* (pp. 121–135). LiteraRUA.
- Xakriabá, C. (2018). *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: Reativação da memória por uma educação territorializada* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].